

No. PROCESSO: 0000008910/22 PRODC.ORIGEM: 0000008910/22
ENTRADA.....: 18/02/2022 ULT.MOV.: 18/02/2022
INTERESSADO.: TERRAPLENO TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO LTDA
ASSUNTO.....: ENC. TERMO DE FORMACAO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
REFERENCIA...: ASSUNTO: IMPUGNACAO DO EDITAL. REF.:
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 03/2022 (CP/003/2022/)
DESTINO.....: SEMCOMP - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E S
SETOR DE AUT:DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO GERAL

TERRAPLENO

05
18

A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO-RJ.
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

PROCESSO Nº 8910 / 2022

DATA 18 / 02 / 2022

SEMAD - PROTOCOLO GERAL

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2022 (CP/003/2022/PMSG).

Processo Administrativo Nº 49.879/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, CAPINA, ROÇADA, RASPAGEM E VARRIÇÃO DE VIAS, PRAÇAS, PARQUES, LOGRADOUROS PÚBLICOS, LIMPEZA DE PRAIAS E LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ.

TERRAPLENO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO

LTDA., pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede a Rua da Assembleia, nº 35, Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 29.167.442/0001-09, através de seu sócio administrador abaixo assinado, com fulcro no art. 41, § 1º da Lei 8.666/93, tempestivamente, vem perante a Vossa Senhoria

IMPUGNAR O EDITAL

PMSG. / SEMDUR

RECEBI EM:

21 / 02 / 22

Ass. [Assinatura]

Mat. 121.256 Hs. 12:11 h

Nos termos que se segue:

1. DA TEMPESTIVIDADE

É de se assinalar que a presente impugnação encontra-se tempestiva, eis que protocolada dentro do prazo legal.

1.1. DA LEGALIDADE:

Nos termos do § 1º, art. 41 da Lei de Licitações:

“§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.”

Art. 5º da CRFB/88:

“XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

1.2. DO PRAZO PARA RESPOSTA DA IMPUGNAÇÃO:

Como regra, a impugnação ao edital não tem efeito suspensivo em relação à realização do certame. Mas, *é obrigação da comissão de licitação respondê-la, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis*, contados da sua interposição junto à Administração Pública, como determina o § 1º, do artigo 41 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

18 FEV 2022 - 0 8916

T TERRAPLENO

03
18

§ 1o Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

Desta forma, a comissão de licitação deverá apresentar resposta, no máximo até o terceiro dia útil, após a impugnante protocolar seu requerimento junto à Administração Pública.

Isso por que o silêncio injustificado da Administração Pública caracteriza omissão abusiva, pois, além de restringir a competitividade do certame, ainda ofende o interesse público, pois afronta o Princípio Constitucional da Publicidade, cuja finalidade é atribuir transparência e permitir o controle e fiscalização do Estado por toda à coletividade.

2. DAS RAZÕES QUE MOTIVARAM A PRESENTE IMPUGNAÇÃO:

Trata-se de licitação que será realizada na modalidade Concorrência Pública sob o nº 03/2022, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, CAPINA; ROÇADA, RASPAGEM E VARRIÇÃO DE VIAS, PRAÇAS, PARQUES, LOGRADOUROS PÚBLICOS, LIMPEZA DE PRAIAS E LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ.

Ocorre que, a impugnante ao tomar conhecimento do Edital de Concorrência Pública acima epigrafada, através do sítio da PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO GONÇALO-RJ (https://licitacao.pmsg.rj.gov.br/licitacao.php?licitacao_id=1078) e ao analisar detalhadamente os seus termos, observou a existência de questão que se continuada poderá afrontar sobremaneira os pressupostos legais insertos na Lei nº 8.666/1993.

A licitação constitui um procedimento que se destina precipuamente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo aos potenciais contratados o respeito aos princípios insertos no artigo 3º da Lei 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Desta forma, todas as vezes que são averiguadas irregularidades ou mesmo item que possam vir a macular o caráter competitivo da licitação, cabe a parte interessada contestar os termos do Edital.

2.1 – DA APRESENTAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

Nessa esteira, segue exigência do edital ora impugnado desprovida de amparo legal no diploma das licitações e na Corte de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCERJ. No edital de Concorrência nº 003/2022, em seu item 6.4.10, exige que as licitantes apresentem na fase de habilitação, Licenciamento Ambiental de Operação, comprovando que o licitante tem condições de executar o objeto do contrato de forma regular e integra, como condição para concorrer na presente Concorrência, vejamos:

18 FEV 2022 - 0 8910

T TERRAPLENO

08
12

Na verdade a discussão sobre tal cláusula e condições que diminuem a possibilidade da efetivação da contratação mais vantajosa à Administração Pública não é assunto de desconhecimento por nossa Doutrina, Cortes de Contas, Órgãos públicos e Cortes de Justiça.

E por assim se afirmar e estando fartamente demonstradas as razões para impugnação do presente edital em virtude do descompasso de critérios próprios em frente ao entendimento legal, jurisprudencial e doutrinário, sobre pena de comprometimento da procedibilidade do certame.

Diante da totalidade da argumentação acima exposta, respeitosamente pede e requer à impugnante que a Douta Comissão de Licitação receba e conheça o presente instrumento, para que proceda com a análise de pertinência dos argumentos aduzidos, e, ao fim, julgá-lo **TOTALMENTE PROCEDENTE ESTA IMPUGNAÇÃO** declarando a reforma do edital nas seguintes particularidades apresentadas e ainda:

1. Que adie o certame para fazer as devidas correções no edital;
2. Que reabra novo prazo para apresentação de propostas do certame após as devidas correções no edital;
3. Que retire/corrija a exigência, para fins de habilitação, do Item 6.4.10 - Licenciamento Ambiental de Operação expedido pelo órgão competente, para as atividades sujeitas a esse procedimento, sendo exigida apenas a empresa vencedora.
4. Ainda, sendo a resposta uma obrigação legal prevista no art. 41 da Lei 8.666/93, a sua falta é considerada uma conduta omissiva e abusiva, além de que a parte requerente

18 FEV. 2022 - 0 8910

T TERRAPLENO

09
12

encaminhará ao Ministério Público e Tribunal de Contas/RJ, para o devido acompanhamento e verificação do prosseguimento da Concorrência, bem como as demais medidas judiciais cabíveis.

T. em que.

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.

**CARLOS ALEXANDRE DE
ALMEIDA SANTIAGO**

Assinado de forma digital por CARLOS
ALEXANDRE DE ALMEIDA SANTIAGO
Dados: 2022.02.18 13:38:26 -03'00'

Terrapleno Terraplenagem e Construção Ltda.

Carlos Alexandre de Almeida Santiago

3. ANTE O EXPOSTO, REQUEREMOS:

A exigência dessa parcela de relevância técnica fere de morte os objetivos do edital e da Lei 8.666 e não temos dúvida que o Corpo Técnicos do TCE-RJ não deixará seguir o edital com tamanha restrição ilegal.

§1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Tal cláusula é absolutamente restritiva de competição e representa o que é de pior na licitação, ou seja, o afastamento de empresas interessadas e aptas a prestarem os serviços. Para tanto, mister relembrarmos sobre o que diz a lei 8666/93 sobre o referido como citamos acima e com vemos a seguir:

Nesse entendimento pacificado pelo TCU e demais Tribunais de Controle, é irregular a exigência de comprovação de licença ambiental como requisito de habilitação, pois tal exigência só deve ser formulada ao vencedor da licitação. Devendo ser exigido apenas declaração de disponibilidade da licença ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado.

TERRAPLENO

18 FEV 2022 - 0 8910



07

4. Ainda, sendo a resposta uma obrigação legal prevista no art. 41 da Lei 8.666/93, a sua falta é considerada uma conduta omissiva e abusiva, além de que a parte requerente

3. Que retire/corrija a exigência, para fins de habilitação, do Item 6.4.10 - Licenciamento Ambiental de Operação expedido pelo órgão competente, para as atividades sujeitas a esse procedimento, sendo exigida apenas a empresa vencedora.

2. Que reabra novo prazo para apresentação de propostas do certame após as devidas correções no edital;

1. Que adite o certame para fazer as devidas correções no edital;

ainda:

IMPUGNAÇÃO declarando a reforma do edital nas seguintes particularidades apresentadas e argumentos aduzidos, e, ao fim, julgá-lo **TOTALMENTE PROCEDENTE ESTA** conheça o presente instrumento, para que proceda com a análise de pertinência dos respeitosamente pede e requer à impugnante que a Douta Comissão de Licitação receba e Diante da totalidade da argumentação acima exposta,

E por assim se afirmar e estando fartamente demonstradas as razões para impugnação do presente edital em virtude do descompasso de critérios próprios em frente ao entendimento legal, jurisprudencial e doutrinário, sobre pena de comprometimento da procedibilidade do certame.

Na verdade a discussão sobre tal cláusula e condições que diminuam a possibilidade da efetivação da contratação mais vantajosa à Administração Pública não é assunto de desconhecimento por nossa Doutrina, Cortes de Contas, Órgãos públicos e Cortes de Justiça.

TERRAPLENO

18 FEV 2022 - 08910

08

encaminhará ao Ministério Público e Tribunal de Contas/RJ, para o devido acompanhamento e verificação do prosseguimento da Concorrência, bem como as demais medidas judiciais cabíveis.

T. em que.

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.
CARLOS ALEXANDRE DE
ALMEIDA SANTIAGO
 Assinado de forma digital por CARLOS
 ALEXANDRE DE ALMEIDA SANTIAGO
 Dados: 2022.02.18 13:38:26 -03'00'
Terrapleno Terraplenagem e Construção Ltda.
 Carlos Alexandre de Almeida Santiago

09

TERRAPLENO

18 FEV 2022 - 0 8910

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 848.722.097-53
REGISTRO GERAL 07.297.621-0
C.ASM LIV 589 FLS 194 TERM 3494 C 013
RJ
RIO DE JANEIRO

DNI 000000000000000000
DATA DE EXPEDIÇÃO 26/06/2021
POLEGAR DIREITO

T. ELEITOR
NÃO INFORMADO
NIS / PIS / PASEP
NÃO INFORMADO
IDENTIDADE PROFISSIONAL
NÃO INFORMADO
CERT. MILITAR
NÃO INFORMADO
CNS
NÃO INFORMADO

68876866
CNH
NÃO INFORMADO

ADOLFO KONRIG HONEN DE CARVALHO FILHO
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
ID: 5014108-2

0805

2VA

Adolfo Konrighon

0805

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

NOME
PAULO CESAR BEZERRA DA SILVA

FILIAÇÃO
INACIO JOSÉ DA SILVA
JOSEFA FLOR BEZERRA DA SILVA

NATURALIDADE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DATA NASC.
05/12/1965

OBSERVAÇÃO
NÃO HA

FATOR RH
XXOX

PROIBIDO PLASTIFICAR

CARTeira DE IDENTIDADE


Paulo Cesar Bezerra da Silva

18 FEV 2022 - 0 8910

35

18 FEV 2022 - 0 89 10

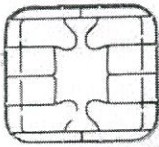
14



CONFEA CREA
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

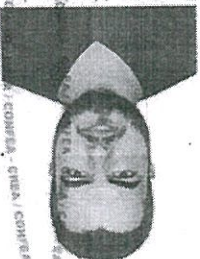
República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Nome
CARLOS ALEXANDRE DE ALMEIDA SANTIAGO



Título Profissional
ENGENHEIRO CIVIL


Data do Registro no Crea-RJ
07/04/2017



Registro Nacional
2016343125
Data de Emissão
29/05/2018

CREA-RJ
Registro Crea RJ
2017100992

Vale como Documento de Identidade em todo o território nacional e tem fé pública, conforme o § 2º do art. 56 da Lei nº 5.194 de 24/12/66 e Lei nº 6.206 de 07/05/75.



CONFEA CREA
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Nome
CARLOS ALEXANDRE DE ALMEIDA SANTIAGO

Filiação
JANE DE ALMEIDA MACHADO SANTIAGO
CARLOS ALBERTO SANTIAGO DA SILVA

Nascimento
22/01/1993

CPF
151.391.267-45


Doc. de Identidade
22376155-2 SECC/RJ

Naturalidade
RIO DE JANEIRO RJ

Tipo Sang.
Título de Eleitor
145475080353

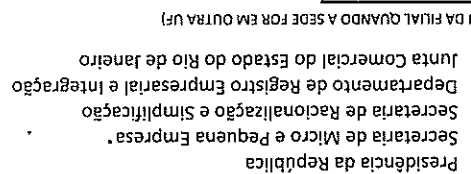
Assinatura do Profissional
Carlos Alexandre Santiago

PIS/PASEP
Nacionalidade
BRASILEIRA



CREA-RJ
Crea de Registro

00-2021/134808-2 18 FEB 2022 - 0 89 10



33.2.0559806-1

Sociedade empresária limitada

Porte Empressat	Normal

REQUERIMIENTO

TERRAPLENÔ TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Requerente

Nome:	Ana Cristina de Almeida Jorge
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	2133258497
E-mail:	anacristina_aj@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	21/05/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro	Local
21/05/2021	Data

00-2021/134808-2



1

A Sociedade Empresária Limitada gira sob o nome empresarial de TERRAPLENO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA, e está estabelecida na Rua da Assembleia, nº 35, salas 1201 e 1202, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-001.

CLAUSULA PRIMEIRA
Denominação Social e Sede

TERRAPLENO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA.
CNPJ 29.167.442/0001-09
NIRE 332.0559806-1

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

A Sôcia resolve alterar o Contrato Social da Sociedade, passando a ter a seguinte redação ora consolidada.

A sociedade passará a ter a Filial V – Filial Rio Bonito situada na Avenida Antônio Carlos de Souza Guadelupe, s/nº, quadra IV, lote 003, Condomínio Industrial, Rio Bonito – RJ, CEP: 28.800-000, cujas atividades desenvolvidas serão as mesmas da matriz.

Primeira Alteração
Abertura de Filial

Unica sócia da TERRAPLENO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA. ("Sociedade"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.167.442/0001-09, com contrato social arquivado e registrado na JUCERJA sob o nº 332.0559806-1, por despacho em 01/02/1985, estabelecida na Rua da Assembleia, nº 35, salas 1201 e 1202, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-001, resolvem celebrar a Vigésima Sétima Alteração do Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos:

(1) SGE PRIZMA PARTICIPAÇÕES S/A, sociedade anônima com sua sede na Rua da Assembleia, nº 35, salas 1201 e 1202, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.781.477/0001-09, representada neste ato por seu Diretor Presidente LEANDRO CURY BARBOZA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00363362730, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 072.297.647-00, com endereço comercial na Rua da Assembleia, nº 35, salas 1201 e 1202, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-001.

TERRAPLENO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA.
CNPJ 29.167.442/0001-09
NIRE 332.0559806-1

VIGÉSIMA SÉTIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

18 FEV 2022 - 0 8910

O objeto da sociedade será a exploração do ramo de consultoria e assessoria em meio ambiente e planejamento urbano; urbanização e paisagismo; manutenção de áreas verdes; serviços de jardinagem; serviço de poda de árvores; serviços de imunização e controle de pragas urbanas; serviços técnicos de cartografia, topografia e geodésia; serviços de limpeza urbana e rural, inclusive de ruas; coleta e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, hospitalar e industrial; locação de mão-de-obra; manutenção, limpeza e conservação de unidades residenciais, comerciais, industriais e hospitais; construção de rodovias; construção e administração de aterros sanitários, usinas de reciclagem de resíduos sólidos e redes de esgoto e estação de tratamento de esgoto (ETE); construção e administração de instalações destinadas ao tratamento de resíduos líquidos residenciais, comerciais, industriais, combustíveis ou não, inclusive gestão e tratamento dos mesmos; construção de obras de prevenção e recuperação do meio ambiente; construção de redes de água e esgoto; obras de irrigação; perfuração e construção de poços de água; demolição e preparação de terrenos; terraplenagem; pavimentação; drenagem; edificações residenciais, industriais, comerciais e de serviços; serviços de eletricidade urbana e rural; manutenção e reparos em edificações residenciais, industriais, comerciais e de serviços; serviços de instalação e manutenção elétrica, hidráulica, sanitária, de gás e de prevenção contra incêndio; impermeabilização e serviços de pintura; locação de máquinas e equipamentos de uso agrícola e máquinas de terraplanagem; locação de veículos; locação, administração e arrendamento de bens móveis e imóveis, próprios ou de terceiros; serviços de transporte de passageiros, cargas sólidas e líquidas de natureza residencial, comercial e industrial, combustível ou não; representação comercial por conta própria ou de terceiros e comércio varejista e atacadista de materiais de construção, comércio varejista e atacadista de plantas e flores, naturais e artificiais e frutos ornamentais; serviços de engenharia; comércio varejista e atacadista de insumos agrícolas, e usinagem de CAP – Cimento Asfáltico para Pavimentação – para produção do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ); serviços de manutenção e reparação de veículos automotores; manutenção e reparação de tratores agrícolas; estacionamento de veículos; serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; abastecimento de frota própria; serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas; atividades de serviços

CLÁUSULA SEGUNDA Objeto Social

I - Filial Silva Jardim - Estrada Silva Jardim, Araruama, nº 1985, Zona rural do Município de Silva Jardim - RJ, CEP: 28.820-000, inscrita sob o CNPJ nº 29.167.442/0002-90;
II - Filial Rio das Ostras - Rua do Torrista, s/nº, lotes 05 e 06, quadra L, Zona Zen, Rio das Ostras - RJ, CEP: 28.899-016, inscrita sob o CNPJ nº 29.167.442/0003-70;
III - Filial Espírito Santo - Avenida Carlos Lindenberg, 4723 - Galpão Área 01 - Nossa Senhora da Penha, Vila Velha - ES, CEP: 29.110-175, inscrita sob o CNPJ nº 29.167.442/0004-51;
IV - Filial Itaguaí - Rua do Ovidor, Nº 63, sala 803, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.040-031, inscrita sob o CNPJ nº 29.167.442/0005-32;
V - Filial Rio Bonito - Avenida Antônio Carlos de Souza Guadelupe, s/nº, quadra IV, lote 003, Condomínio Industrial, Rio Bonito - RJ, CEP: 28.800-000.

Parágrafo Segundo - A sociedade possui as seguintes filiais:

Parágrafo Primeiro - Para o cumprimento de seus interesses sociais, a sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências, escritórios e representações em outro ponto desta cidade, deste Estado e do Território Nacional, bem como em qualquer país com o qual o Brasil possua relações diplomáticas.

A administração da Sociedade será exercida em conjunto ou separadamente pelos não sócios **PAULO CESAR BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 072.976.21-0, expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 848.722.097-53 e **CARLOS ALEXANDRE DE ALMEIDA SANTIAGO**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade profissional nº 2017100992, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 151.391.267-45, ambos com endereço comercial na Rua da Assembleia, nº 35, salas 1201 e 1202, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-001, competindo-lhes representa-

CLAUSULA QUINTA Administração

Parágrafo Segundo – As quotas da Sociedade são impenhoráveis, sendo vedado a qualquer sócio outorgar fianças e avais a quaisquer terceiros, em quaisquer negócios, que possam resultar em constrição de quotas da Sociedade em razão de sua execução.

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	Nº QUOTAS	VALOR DE CADA QUOTA	VALOR TOTAL
SGE PRIZMA PARTICIPAÇÕES S/A	100%	2.150.000	R\$10,00	R\$21.500.000,00
TOTAL	100%	2.150.000		21.500.000,00

O Capital Social é de R\$ 21.500.000,00 (vinte e um milhões e quinhentos mil reais), dividido em 2.150.000 (dois milhões, cento e cinquenta mil) quotas com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato em moeda corrente do País e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

CLAUSULA QUARTA Capital Social

A sociedade teve início em 01/02/1985 e terá duração por prazo indeterminado.

CLAUSULA TERCEIRA Início das atividades e prazo de duração

prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; serviços de leitura de hidrômetro; serviços de leitura de medidores de água e gás; serviços de leitura e corte de gás e água; serviços de entrega de contas; serviços de ligação e corte de gás e água; serviços de medição de consumo de gás e água; serviços de preparo de documentos; serviço de despacho de textos; serviço de preenchimento de formulários, colocação de selos e despacho de correspondência, inclusive de material de publicidade; serviços de redação de cartas e resumos; o serviço de transcrição de documentos; serviço de atividades de registro e de cadastramento de usuários, exceto para fins de certificação digital; serviço preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; podendo ainda, acrescentar ou restringir seu objetivo social, mediante alteração em seu ato constitutivo.

18 FEV 2022 - 0 8910

Parágrafo Segundo - Dispensar-se-ão as formalidades de convocação previstas no caput desta Clausula sempre que todos os sócios comparecerem à Reunião de Sócios ou se declararem, por escrito, clientes do local, data, hora e ordem do dia da respectiva Reunião de Sócios.

Parágrafo Terceiro - Todas as deliberações sociais somente poderão ser tomadas se realizadas pelo(s) sócio(s) que representem a maioria absoluta do capital social da Sociedade, com exceção daquelas deliberações em que a Lei exigir maior quórum. Todas as deliberações da Sociedade deverão ser registradas em atas de reuniões de sócios.

Parágrafo Quarto - As reuniões de sócios poderão ser dispensadas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

CLAUSULA SÉTIMA

Exercício Social e Aprovação de Contas

O Balanço Geral será levantado anualmente, em 31 de dezembro, e os lucros apurados em balanços, após as deduções e dotações estabelecidas nas disposições legais vigentes, serão distribuídos entre os sócios, podendo, porém permanecer em reserva a critério dos mesmos. Da mesma forma proceder-se-á em relação aos prejuízos verificados que, por decisão dos sócios, também poderão ficar em suspensão, para amortização com lucros futuros.

Parágrafo Primeiro - Os sócios se reunirão em assembleia a realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de aprovação das contas, conforme artigo 1.078 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo - A distribuição dos lucros da Sociedade poderá ser feita de forma desproporcional à participação dos sócios no capital social, após as deduções legais, na forma da legislação aplicável e conforme for ajustado pelos sócios.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá levantar balanços semestrais, bimestrais ou mensais e os lucros eventualmente apurados no período poderão ser distribuídos aos sócios, conforme deliberação destes neste sentido.

CLAUSULA OITAVA

Direito de Venda

Qualquer Sócio poderá alienar parte ou a totalidade das quotas que possui no capital social da Sociedade, desde que seja conferida aos demais Sócios o direito de preferência em tal alienação ("Direito de Preferência"), observando-se os critérios estabelecidos nos parágrafos desta Clausula.

Parágrafo Primeiro - Caso qualquer Sócio ("Sócio Ofertante") (i) pretenda alienar suas quotas ("Quotas Ofertadas") ou (ii) receba oferta de outro Sócio ou de terceiro para adquirir as Quotas Ofertadas, o Sócio Ofertante deverá notificar os demais Sócios ("Notificação para Venda"), informando o preço mínimo e as condições em que o Sócio Ofertante pretende alienar as Quotas Ofertadas.

Parágrafo Segundo - Mediante o recebimento da Notificação para Venda, os demais Sócios poderão se manifestar por escrito, dentro do prazo de 30 dias, contado da Notificação para Venda, informando sua intenção ou não de exercer seu Direito de Preferência na aquisição das Quotas Ofertadas, no mínimo pelo mesmo preço e exatamente nas mesmas condições

A sociedade se dissolverá ou liquidará por decisão dos sócios ou nos casos previstos em Lei, cabendo aos sócios nomear o liquidante, e os casos omissos neste contrato serão regidos pelas leis que lhes serão aplicáveis e as divergências que surgirem entre os sócios serão preferencialmente resolvidas amigavelmente entre os mesmos ou através de árbitros por eles nomeados para solução em prazo a ser fixado, elegendo em última instância, o foro desta cidade do Rio de Janeiro-RJ, com renúncia expressa de qualquer outro que venham as partes possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA **Dissolução da Sociedade**

Parágrafo Único – Em nenhuma hipótese serão os credores e/ou ex-cônjuges ou companheiros do sócio insolvente ou separado admitidos na Sociedade”.

No caso de falecimento ou interdição de sócio (“Evento”), o(s) seu(s) herdeiro(s) poderá(ão) optar, a seu(s) exclusivo(s) critério(s), em entrar na Sociedade, assumindo as quotas do(a) falecido(a), do interditado(a), sendo certo que os demais sócios deverão assinar a respectiva alteração do Contrato Social para formalizar a entrada do(s) herdeiro(s) na Sociedade.

CLÁUSULA NONA **Falecimento, Interdição e Retirada de Sócio**

Parágrafo Sexto – Mediante o exercício do Direito de Preferência total ou parcial para aquisição das Quotas Ofertadas por algum Sócio Interessado, a aquisição das Quotas Ofertadas deverá ser implementada no prazo máximo de 10 dias, contado a partir da manifestação do interesse do Sócio Interessado em adquirir as Quotas Ofertadas, nos mesmos termos, condições e prazos da manifestação escrita por ele apresentado ao Sócio Ofertante.

Parágrafo Quinto – Decorrido o prazo para alienação a terceiros sem que se efetive a alienação, caso o Sócio Alienante ainda deseje alienar suas Quotas, ou caso os termos e condições da proposta tiverem sido alterados em relação à proposta original, o Sócio Alienante deverá reiniciar o procedimento anteriormente descrito.

Parágrafo Quarto – Findo o prazo de 30 dias para manifestação dos Sócios, caso nenhum deles tenha manifestado interesse em adquirir as Quotas Ofertadas no mínimo pelo mesmo preço e exatamente nas mesmas condições informadas na Notificação para Venda, o Sócio Ofertante terá então o prazo de 30 dias, contado a partir do décimo dia da data do término do prazo de 30 dias para manifestação dos Sócios, para alienar as Quotas Ofertadas para quaisquer terceiros, no mínimo pelo mesmo preço e exatamente nas mesmas condições ofertadas aos demais Sócios.

Parágrafo Terceiro – Caso mais de um Sócio (“Sócios Interessados”) decida exercer seu Direito de Preferência na aquisição das Quotas Ofertadas, as Quotas Ofertadas serão adquiridas pelos Sócios Interessados, observando a proporção de Quotas detidas por cada um deles.

Informadas na Notificação para Venda. O silêncio de qualquer Sócio no prazo acima mencionado será entendido como renúncia ao Direito de Preferência para todos os fins de direito.

18 FEV 2022 - 08910



18 FEV 2022 - 08910

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TERRAPLENO TERRAPLENAGEM E CONSTRUCAO LTDA, NIRE 33.2.0559806-1, PROTOCOLO 00-2021/134808-2, ARQUIVADO EM 21/05/2021, SOB O NÚMERO (S) 33901824612, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
060.782.519-70	ANA CRISTINA DE ALMEIDA JORGE TEIXEIRA

21 de maio de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral